

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: Guajajara

Data: 12/11/92

Pg.: 16

JEFFERSON PINHEIRO



O ministro Maurício Corrêa diz que a política agora será se antecipar para evitar novos conflitos

Governo promete retirar branco de áreas indígenas

José Seabra
Enviado especial

São Luís — O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, determinou ontem ao presidente da Funai, Sidney Possuelo, a elaboração em regime de urgência de um amplo relatório sobre todas as zonas de conflitos envolvendo índios e brancos. Ainda sob o efeito do drama que viveu na véspera, quando libertou 86 reféns que eram mantidos em cativeiro há uma semana pelos índios guajajaras, próximo à aldeia de São Pedro dos Cacetes, que fica na reserva indígena no interior do Maranhão, o ministro revelou, pouco antes de regressar a Brasília, que não pretende passar por expe-

riência semelhante: "Felizmente, o esfecho dessa crise foi favorável. Agora vamos nos antecipar a futuros problemas e buscar as soluções antes que surjam novas frentes de lutas", desabafou.

O objetivo do Governo, segundo antecipou Maurício Corrêa, é deixar os brancos "bem longe" dos índios. O ministro disse que assumirá uma postura de "defensor intransigente" dos direitos indígenas, para fazer valer, conforme enfatizou, o que reza a própria Constituição. Ele admitiu inclusive a possibilidade de atender "com a maior brevidade possível" uma antiga reivindicação de Sidney Possuelo para reativar o Conselho Fiscal da Funai (que dividiria com o presidente do ór-

gão a responsabilidade pela aplicação das suas verbas) e o Conselho Indigenista Brasileiro, a quem caberia traçar as linhas mestras de uma política indigenista global.

As áreas de conflitos envolvendo índios e brancos, de acordo com a Funai, "são mais de mil". Há, contudo, "situações mais delicadas" que exigem uma pronta intervenção do Governo. É o caso, por exemplo, segundo lembrou Possuelo, dos índios ianomamis, em cuja reserva voltaram a se estabelecer os garimpeiros expulsos da região há dois anos. Na sua avaliação a situação naquela área "é delicada" e o choque entre as duas partes "pode ocorrer a qualquer momento".

Corrêa vai visitar a reserva ianomami

O quadro traçado pelo presidente da Funai levou o ministro da Justiça a programar uma visita aos ianomamis já no próximo mês. Os direitos dos índios, entende Maurício Corrêa, "devem ser respeitados". Ele referiu-se aos incidentes com os guajajaras para ilustrar o que está acontecendo: "O homem branco invade as reservas indígenas, muitas vezes premido pelas necessidades. São terras ricas, todos sabemos, mas que não podem ser exploradas a critério de qualquer um. É mais um ponto que temos que levar em consideração para chegar a um entendimento", disse.

Além da viagem à reserva dos ianomamis, o ministro Maurício Corrêa não descarta também a idéia de avistar-se com outras tribos, como a dos pacuxis, em Roraima; araras, no Pará; javaris (Alto Solimões) e os Guaranis/Goiás, que habitam desde o centro do Mato Grosso do Sul ao extremo

Sul do País.

Reféns — Depois de lembrar que o episódio com os guajajaras "teve um desfecho feliz, principalmente pela ação do governador Edison Lobão e da disposição dos índios de assumirem uma postura conciliatória", o ministro acentuou que, mesmo defendendo os direitos dos índios, "não permitirá" que fatos semelhantes se repitam. Os índios, observou, "não podem fazer reféns. Foi uma ação de sequestro e, caso isso venha a acontecer, agiremos dentro da lei".

Maurício confidenciou uma conversa que teve pouco antes de chegar a um acordo com os guajajaras, com o governador Edison Lobão e com o presidente da Funai, quando o clima ainda era de animosidade. "Se não houver entendimento para a libertação dos reféns, eu vou propor ser trocado pelos prisioneiros. Se as-

sim mesmo eles não aceitarem, vamos tirar todo mundo na força". Ele procurou mostrar com isso que agirá "com rigor" contra o lado que estiver errado. Posição que, segundo opinião de Sidney Possuelo, "pode ser entendida como um recado aos madeireiros, posseiros e garimpeiros que invadem as reservas indígenas".

Começam, na próxima segunda-feira, os trabalhos necessários ao reassentamento dos moradores do povoado de São Pedro dos Cacetes, situado na Reserva Indígena Cababrava, dos índios guajajaras. Uma comissão, formada por representantes do Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ordem dos Advogados do Brasil (AOB), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e do governo do Maranhão, irá definir o plano de retirada definitiva dos moradores. A comissão terá prazo de trinta dias para concluir os trabalhos.